



Hospital Colônia Itapuã: história e patrimônio

Helena Thomassim Medeiros¹

Resumo: O presente artigo tem como intuito dissertar sobre a importância do Hospital Colônia Itapuã enquanto patrimônio. Buscando valorizar e legitimar a necessidade de preservação da história que é representada nesta instituição tanto por sua materialidade, considerando a parte física e arquitetônica, quanto imaterialidade, caracterizada pelas memórias e histórias de vida que ali se desenvolveram. O texto introduz o Hospital e alguns dos elementos que o tornam um patrimônio do Rio Grande do Sul, sendo uma representação histórica do País e das políticas públicas que levaram ao isolamento de milhares de pessoas.

Palavras-Chave: Hospital Colônia Itapuã; Patrimônio; Preservação.

Hospital Colônia Itapuã: history and heritage

Abstract: The purpose of this article is to discuss the importance of the Hospital Colônia Itapuã as patrimony, seeking to value and legitimize the need to preserve the history that is represented in this institution, both for its materiality, considering the physical and architectural part, the immateriality characterized memories and stories of life that developed there. The text introduces the Hospital and some of the elements that make it a heritage of Rio Grande do Sul, being a historical representation of the Country and the public policies that have led to the isolation of thousands of people.

Keywords: Hospital Colônia Itapuã; Heritage; Preservation.

Introdução

Durante o século XX cerca de 30 (trinta) leprosários foram construídos em vários locais do Brasil, obedecendo a uma política de prevenção e controle da doença hanseníase, também conhecida como lepra. Um destes pontos é a região metropolitana de Porto Alegre (POA), na cidade de Viamão, no estado do Rio Grande do Sul. Formulado a partir de 1935 e inaugurado em 1940, o Hospital Colônia Itapuã (HCI) é uma das instituições remanescentes deste período histórico. A construção da edificação dos leprosários, ou hospitais colônia, era realizada na projeção de uma pequena cidade dividida em três zonas: sadia, intermediária e doente; a primeira seria a área de moradia de funcionários, a outra administrativa e uma para os pacientes destes hospitais.

Dentro do HCI haviam igrejas, cemitério, escolas, espaços de lazer e até mesmo um sistema monetário próprio. A internação era compulsória, ou seja, quem fosse portador da doença deveria ser mandado para o Hospital. Muitos moradores chegaram jovens e acabaram constituindo família, casando e tendo filhos neste espaço de reclusão social. Os filhos destes pacientes eram tirados de seus pais ao nascer e colo

¹ Museóloga formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Helena_tm@outlook.com

cados em instituições governamentais. Hoje alguns destes filhos buscam indenização pelos danos causados por todo este processo traumático de segregação. O Ministério da Saúde aponta para a existência de cerca de 30 (trinta) mil crianças que foram separadas de seus pais por causa da hanseníase².

A partir das décadas de 1950 e 1960 o número de pacientes começou a cair, pois surgiram novos tratamentos para a doença, contudo, diversas pessoas não conseguiram retornar ao convívio com a sociedade. Devido a diminuição no número de moradores, em 1972, ocorre a transferência de pacientes com doença psiquiátrica do Hospital Psiquiátrico São Pedro para o HCI, o que faz com que o espaço seja reorganizado. Neste período de reformulação o local passou ser utilizado como Centro Agrícola de Reabilitação (CAR).

Considerando o estigma e o medo carregado pelas enfermidades atendidas dentro do HCI, além de seu aspecto de isolamento, podemos dizer que ele faz parte da história da região metropolitana de POA. Sendo assim, este artigo visa contribuir com a perspectiva de pensar este local enquanto patrimônio, enriquecendo os estudos sobre ele, afim de auxiliar na preservação e difusão das histórias que cercam essa instituição. O conteúdo apresentado é um recorte temático de um trabalho de conclusão de curso apresentado em 2015, sendo assim, este texto é referente à uma revisão de conceitos e literatura, com o objetivo de promover a pesquisa realizada.³

A história do HCI

Inaugurado em 1940, o HCI contava com 14 pavilhões, em uma estrutura de cidade, com fábrica de calçados, sabão, tecelagem, padaria e outros produtos; três igrejas, sendo elas, duas católicas (uma na área para os pacientes e outra para os funcionários) e uma luterana; duas escolas; casas separadas para os moradores que lá casaram; salão de jogos com cinema; praça; área médica que atendia não só os pacientes como a comunidade do entorno; e a casa das freiras (local onde hoje é o Memorial do Hospital).

Segundo Proença (2005), as Irmãs Franciscanas de Penitência e Caridade Cristã foram responsáveis pelos cuidados com os pacientes e coordenaram diversas áreas do Hospital. Desde 1925, antes da existência desta instituição, elas foram encarregadas dos cuidados com os pacientes do futuro leprosário, possuindo alta autonomia, subordinadas apenas ao Diretor Chefe, diretor e médico geral da instituição.

Tendo em vista que o internamento no Hospital era compulsório, a pessoa diagnosticada com a doença hanseníase era levada a este local para ser isolada da sociedade com a intenção de evitar a proliferação desta enfermidade. Muitos ficaram lá até sua morte e estão enterrados no cemitério do local.

Buscava-se que no ambiente do Hospital os pacientes/moradores pudessem viver suas vidas o mais próximo do normal. Em um texto de Fontoura, Barcelos e Borges (2003), os autores comentam que os moradores usavam uma moeda própria feita de latão – medida que também servia para prevenir possíveis fugas, já que eles não teriam dinheiro para escapar. Tinham um delegado e um prefeito escolhido por eles,

² Mais informações em: ELY, Lara. *Filhos de pessoas com hanseníase buscam indenização a traumas*. ZH VIDA. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vida/noticia/2015/03/filhos-de-pessoas-com-hanseníase-buscam-indenizacao-a-traumas-4730546.html>>. Acesso em 26 de jun. de 2015.

³ Mais informações em: MEDEIROS, Helena Thomassim. *Da Exclusão à Exposição: Narrativas Expográficas do Memorial do Hospital Colônia Itapuã – RS*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências da Informação, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015. 127 p. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/134702>>. Acesso em: 29 de set. 2017.

que também eram pacientes, assim fazendo suas próprias regras utilizando padrões semelhantes aos da sociedade da qual foram excluídos. Eram realizados casamentos, havia locais de sociabilidade, com cinema, cassino, campeonatos, entre outras atividades, além de fábricas para produção de produtos usados no cotidiano do Hospital.

A instituição abrigou no total 2.474 (dois mil quatrocentos e setenta e quatro) pacientes com hanseníase durante seu funcionamento e, mesmo com o fim do internamento compulsório, até hoje alguns ex-hansenianos habitam o local. Vale ressaltar que:

Com o avanço no tratamento da doença e a diminuição da sua incidência no Rio Grande do Sul, no final da década de 50, não se fazia mais necessário o internamento compulsório, que foi abolido por lei em 1954. Assim, os pacientes poderiam voltar a seus locais de origem. Isto levou a uma diminuição de pacientes, que passaram de 700 para 340, em 1960 (BARCELOS; BORGES, 1999-2000, p. 145).

Contudo, essa transição entre o isolamento e a vida em sociedade não ocorreu de forma fácil, de modo que após o fim do isolamento compulsório, os pacientes do HCI voltaram aos seus locais de origem, porém: “Muitos retornaram à instituição, vítimas do preconceito, carregando um estigma que impossibilitava a reintegração social.” (BORGES, 2007, p. 110). Segundo Santos:

O isolamento foi considerado extinto no Brasil em 1962 com a aprovação do decreto nº 968, de 7 de maio, embora alguns estados, como São Paulo, continuassem a manter as colônias em funcionamento. Na década de 1970, a Organização Mundial da Saúde recomendou o emprego da poliquimioterapia no Brasil e, paralelamente a isto, começou um movimento com o intuito de minimizar o preconceito e o estigma contidos no termo “lepra”. Assim, oficialmente, no país foi abolido o uso da palavra lepra e seus derivados, passando a doença a ser designada como “hanseníase” (SANTOS, 2006, p.15).

Porém, até os dias de hoje, esta doença ainda carrega um forte estigma, sendo sinônimo de coisas ruins ou tendo sua existência ignorada. Parece-me que este preconceito e medo são tão presentes e enraizados em nossa sociedade que preferimos esquecer esta doença e considerá-la algo do passado. O fato de alterar o nome da doença, de lepra para hanseníase, aponta uma carga subjetiva, pois, é como se tudo o que ocorreu e todo o medo que a palavra carrega fossem substituídos por um novo conceito, que mesmo visando descaracterizar um estigma acaba desvinculando uma história e provocando seu possível esquecimento. Uma comparação interessante é a de que:

Podemos designar tais ex-pacientes como pessoas egressas do cárcere, pois haviam sido retiradas de seus locais de origem e obrigadas a permanecer em um mesmo espaço de forma compulsória por um longo período. Muitas destas pessoas que puderam sair do HCI não foram aceitas em suas comunidades de origem e acabaram voltando para o Hospital, constituindo-o em um espaço asilar. Entre os egressos que conseguiram se reintegrar, muitos tiveram que esconder o seu passado, o seu internamento no HCI (BARCELOS; BORGES, 1999-2000, p. 147-148).

Segundo Borges (2002), em 07 de julho de 1972, foram transferidos para o HCI 12 (doze) pacientes portadores de sofrimento psíquico vindos do Hospital Psiquiátrico São Pedro, eles eram provenientes de áreas rurais do Estado. Este número logo subiu para 172 (cento e setenta e dois), assim, o local foi utilizado como CAR, e realizava a Laborterapia que “[...] visava à recuperação através da reintegração do indivíduo ao mercado de trabalho, à medida que conseguiam arcar com sua subsistência e ainda produzir lucro [...]” (BORGES, 2002, p. 119).

Borges (2006) relata em seu artigo que a transferência dos pacientes do Hospital Psiquiátrico São

Pedro gerou certo desconforto. Para os pacientes hansenianos era como se sua casa estivesse sendo invadida, foi feita inclusive uma cerca de arame, para dividir o espaço dos antigos e novos pacientes do Hospital. A cerca também era percebida pelos pacientes psiquiátricos como: “[...] uma maneira de impedir sua livre circulação e fuga. Já para os atendentes do Centro Agrícola era uma forma de prevenção em relação à lepra.” (BORGES, 2006, p. 104). Esta divisa foi retirada no começo da década de 1990, porém “[...] a linha imaginária que cortava o Hospital permaneceu por longos anos.” (BORGES, 2006, p. 104).

Atualmente, vivem no Hospital pacientes remanescentes do período em que atendeu pessoas portadoras de hanseníase e do Projeto CAR, que não conseguiram se reabilitar, sendo hoje uma instituição de aspecto asilar, e gradativamente têm sido transferidos para o local pacientes crônicos do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

Este Hospital é cenário de diversas histórias, e um remanescente uma política governamental que excluiu pessoas de forma irremediável, tornando este espaço, além de um ambiente hospitalar e hoje asilar, um lugar de memória, conceito de Pierre Nora que consiste na ideia de que:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional simultaneamente, somente em graus diferentes. [...] É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólico por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 21-22).

Desta forma, legitima-se também a importância deste espaço enquanto patrimônio cultural, símbolo de uma trajetória que não deve ser esquecida. Percebendo aqui o conceito de patrimônio a partir da perspectiva de que:

O termo “patrimônio” já indica o conceito inicial, na raiz da palavra - o que foi acumulado e herdado dos pais, dos ancestrais. Uma “herança” de conceitos, valores e práticas, representados concretamente por palavras, sons, ritmos, gestos, expressões faciais e corporais, rituais, histórias e lendas, tecnologias e práticas, imagens, coisas, artefatos, construções e monumentos (HORTA, 2000, p. 15).

Por esta análise considera-se patrimônio o conjunto de bens e práticas herdados, o que o HCI representa através de sua estrutura. Porém, devemos observar que, segundo García-Canclini (1994), as percepções quanto ao patrimônio cultural estão sendo modificadas, hoje são considerados como tal a cultura popular e o patrimônio imaterial, não apenas os bens materiais e as expressões tradicionais. No que tange ao HCI, é interessante notar que estas novas concepções quanto ao patrimônio, proporcionam um novo significado ao local que, apesar de ser um bem material e ter suas especificações arquitetônicas, é permeado de histórias e trajetórias das pessoas que ocupavam este espaço para serem “esquecidas” pela sociedade. Garcia-Canclini afirma que:

[...] os capitais simbólicos dos grupos subalternos têm um lugar subordinado, secundário, dentro das instituições e dos dispositivos hegemônicos. Por isso, a reformulação do patrimônio em termos de capital cultural tem a vantagem de não representá-lo como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixos, mas sim como um processo social que, como o outro capital, se acumula, se renova, produz rendimentos de que os diversos setores se apropriam de forma desigual (GARCÍA-CANCLINI, 1994, p. 97).

Desta forma, observamos que o Hospital pode ser um espaço dinâmico, mesmo tendo seus limites físicos. As memórias e as apropriações que o ser humano faz dele podem refletir em seu dinamismo, creio

que nada melhor para abranger tais transformações e trocas do que o espaço museológico.

É interessante notar que esta política do esquecimento se repete quando tocamos no tema dos Hospitais Colônia, é provável que muitos moradores do Estado e da região metropolitana de POA, nem saibam de sua existência, e mesmo o poder público passa a ignorar este passado, não cuidando do patrimônio a ponto que ele seja ocupado pela população em busca de moradia ou tão sucateado que seu espaço possa ser vendido. Em qualquer uma destas possibilidades a sociedade perde. Perdem-se lembranças, vivências, novas possibilidades para a instituição e um espaço vivo de memória, segundo Serres:

Pensar a preservação de edificações hospitalares, como testemunhos de narrativas históricas, não é apenas desejável, como imprescindível. [...] Os edifícios hospitalares traduzem em sua concepção arquitetural as diversas funções da instituição a longo do tempo, de espaços de acolhimento social e espiritual, [...] Porém, importa não apenas preservar o patrimônio arquitetônico de tais instituições, em muitos casos com novos usos contemporâneos, mas a história que abrigam entre suas paredes internas, corredores, enfermarias, salas cirúrgicas, pátios, locais de convívio. [...] O patrimônio hospitalar portanto, é formado por uma diversidade de elementos, desde os arquiteturais até documentos textuais e iconográficos que permitam preservar a memória dessas instituições e seus usuários (SERRES, 2013, p.02-03).

O HCI seja por suas características materiais – estrutura, arquitetura e objetos – ou imateriais – vivências, histórias e memórias –, representa um patrimônio para o Estado do Rio Grande do Sul, ele é símbolo de uma época, representa o estigma de uma doença e a vida dos que por ali passaram. Considerando que “Concebemos como patrimônio os elementos da cultura que ajudam a ligar uma comunidade com o seu passado tanto do ponto de vista imaterial (costumes, festas, rituais) como do ponto de vista material (bens móveis ou imóveis).” (XAVIER, 2010, p.260).



Figura 1: Visão da Casa dos moradores e da Antiga Igreja Evangélica

Fonte: MEDEIROS, 2015.

Este lugar é formado pelas histórias de vida de muitas pessoas, possuindo mais um elemento descri-

to por Nora, ao definir lugar de memória e que reflete um pouco sobre o ambiente do Hospital, posto que:

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, é fixar um estado das coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

Apesar de ser um local que parece preso ao passado, até hoje esta medida de prevenção contra a lepra ressoa nas lembranças e no vazio sentido por muitas famílias. Hoje este Hospital ganha novos significados, como um local de memória, de perda, de reclusão e também como um espaço de luta por direitos. Este último elemento pode ser exemplificado pelo movimento organizado pelos filhos de pacientes do Hospital que foram excluídos do convívio familiar e que hoje pedem indenização ao Estado.

HCI e a patrimonização

No que tange a patrimonialização do HCI, podemos considerar que esta começa com o trabalho desenvolvido pelo Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE) que funcionou na instituição, de forma constante, entre 1999 e 2001, contando com a participação de voluntários do curso de graduação em História da Universidade de Santa Maria. Segundo Serres (2013), este centro buscou recolher, organizar, preservar, pesquisar e disseminar as informações produzidas pelo Hospital utilizando como base seu acervo bidimensional (documentos institucionais, fotografias, material bibliográfico, etc.) e tridimensional (objetos).

Outro aspecto interessante na revalorização destas memórias são as exposições que têm sido organizadas e que trazem a história do HCI, a doença hanseníase, aspectos da saúde pública e a vida das pessoas que foram afetadas por esta instituição. Segundo Quevedo (2005), a exposição “HCI: 60 Anos de História” se constitui a partir do trabalho desenvolvido pelo Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE). Após ela, foi realizada “A História da Saúde Pública no Rio Grande do Sul sob a Ótica dos Hospitais Estaduais” em 2007, que aborda os hospitais estaduais. Em 2012 o Museu da História da Medicina (MUHM) monta “Da Lepra à Hanseníase”. No ano de 2014 é montado o Memorial HCI, que participa da “V Mostra Museológica de História da Medicina” em 2015, e em 2017 ocorre a exposição “Caminhos da Saúde Pública no RS”.

O HCI representa ainda aspectos da história da arquitetura – considerando sua construção, que começa no final da década de 1930 –, sendo também um marco na história da saúde pública e da hanseníase. Quanto a questão do patrimônio material, deve-se ressaltar que há dentro da instituição a antiga Igreja Evangélica que é o único bem tombado dentro do local, processo que ocorreu em 2010. Apesar de seu estado de degradação, ela ainda preserva suas características arquitetônicas originais.



Figura 2: Exterior da Igreja Evangélica

Fonte: MEDEIROS, 2015.



Figura 3: Interior da Igreja Evangélica

Fonte: MEDEIROS, 2015.

Os azulejos da Igreja são importados da Alemanha e o arquiteto responsável pela obra seria Theodor Alexander Josef Wiederspahn⁴ (1878-1952), que também realizou obras como o Hotel Majestic, a Faculdade de Medicina da UFRGS, a Delegacia Fiscal, a sede da Agência de Central dos Correios e Telégrafos, entre outras importantes edificações do Rio Grande do Sul, especialmente no centro histórico de Porto Alegre. Eis um ponto significativo, pois esta Igreja é um exemplo da importância patrimonial deste Hospital, levando em consideração que:

⁴ Mais informações em: BICCA, Paulo. Arquiteto Theo Wiederspahn: um eclético no sul do Brasil. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 45, n. 4. 2010. p. 48-53. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/8553/6067>>. Acesso em 28 de nov. de 2017.

A antiga igreja evangélica, última obra deste importante arquiteto, evidencia desde o traçado até a execução o rigor técnico e o alto grau de preciosismo do autor. O projeto, minuciosamente detalhado, compõe-se de mais de 30 pranchas. O prédio possui planta irregular, com um polígono octogonal central ocupado pela nave da igreja, de onde se projetam os demais volumes. Na frente, hall de acesso com torre sineira e dois alpendres laterais, e na parte posterior, espaço do altar e sacristia com planta ortogonal. A edificação possui paredes de alvenaria de pedra granítica e tijolos, vitrais nas janelas e bandeiras das portas, cobertura em telha de barro do tipo francesa e estrutura do telhado em madeira. (IPHAE, [2015?], doc. eletr.)

Percebe-se que o Hospital inteiro se dá como patrimônio, narrando as histórias dos que por ali passaram, tendo em vista que “O patrimônio é um grande acervo, é o registro dos acontecimentos da história de um lugar, de uma sociedade, e muitas vezes se perde por falta de incentivo ou pela perda da identidade da comunidade [...]”. (MEDEIROS; SURYA, 2012, p. 293). No local há alguns prédios com a estrutura comprometida, e outros onde ainda hoje residem moradores, o que dá ao ambiente um contraste interessante de algo que se perdeu no tempo, mas que ainda vive e está em constante transformação.



Figura 4: Prédios do HCI

Fonte: MEDEIROS, 2015.

Como foi dito anteriormente, o Hospital é uma lembrança viva, um lugar de memória, um espaço onde o tempo “parou”, poderia servir como local de ensino trabalhando seus aspectos arquitetônicos, assim como as medidas de saúde a qual está associado ou à sua representação histórica. Este local também poderia se transformar em um ecomuseu, sendo este:

[...] uma instituição museal que associa ao desenvolvimento de uma comunidade a conservação, a apresentação e a explicação de um patrimônio natural e cultural pertencente a esta mesma comunidade, representativo de um modo de vida e de trabalho, sobre um dado território, bem como a pesquisa que lhe é associada. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 66).

Entre diversas possibilidades para o futuro deste espaço o que não poderia acontecer é o seu esquecimento. Posto que para a preservação de determinado patrimônio, torna-se necessário um trabalho de identificação e conscientização de sua importância, pois “Quando a população se apropria e se reconhece nos bens culturais eleitos como representativos da nação, torna-se mais fácil atuar com políticas de preser-

vação.” (MEDEIROS; SURYA, 2012, p. 300). Compreende-se a educação patrimonial como “[...] o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural e todas as suas manifestações.” (GRUNBERG, 2007, p. 05). Deste modo, evocar o HCI segundo esta perspectiva pode ampliar a discussão quanto às medidas de saúde pública utilizadas na época de sua criação, o estigma trazido por esta doença e a conscientização da importância de se preservar esta estrutura como um marco histórico. Além do incentivo de fazer a comunidade, tanto próxima ao Hospital como no restante do Estado, se apropriar deste espaço, compreender a dinâmica e a função desta instituição.

Ações de educação patrimonial poderiam surgir como extensões do Memorial, proporcionando atividades educativas possibilitando ao visitante conhecer de forma interativa a história do Hospital. Jogos como quebra-cabeça, jogo da memória ou caça ao tesouro – quando bem contextualizados com a trajetória que envolve o espaço – podem atrair o público infanto-juvenil em atividades lúdicas que gerem a conscientização e a apropriação deles com este patrimônio. No momento em que há incentivo para a realização de tais intervenções no ambiente do Memorial e do Hospital, podem surgir inúmeras atividades que despertem o interesse do público do entorno a redescobrir este lugar.

Deste modo, outra abordagem interessante que poderia ser realizada – em conjunto com a educação patrimonial – para a permanência e o fortalecimento do HCI enquanto patrimônio seria o fomento do turismo cultural. Tendo em vista o que é apontado por Brusadim (2012), sobre uma tendência quanto à procura pelo turismo cultural, histórico e artístico, ocasionando no que ele aponta, no turismo dentro das grandes cidades, como “[...] o ressurgimento da figura do *flâneur*, que caracterizou o final do século XIX [...]” (BRUSADIN, 2012, p. 41). O autor afirma ainda que:

As tendências internacionais, particularmente aquelas verificáveis na União Européia, indicam que, com o esgotamento do paradigma industrial e o desemprego, a parceria planejada e bem gerenciada entre patrimônio e turismo é uma alternativa eficaz, com a criação de novos postos de trabalho (BRUSADIN, 2012, p. 44).

Acrescento ainda a importância de profissionais da área de Museologia desenvolvendo a perspectiva patrimonial seja dentro do espaço do Memorial ou problematizando o Hospital como uma herança a ser preservada. Uma de minhas maiores preocupações é que a falta de uso e manutenção do Hospital, além de uma possível tendência histórica do apagamento de memórias ligadas ao sofrimento e perda dos bens – materiais e imateriais – que as representem, possa ocasionar em um uso deste local para venda ou sua gradual deterioração.

Seguindo este ponto de vista, o local – considerando suas belezas naturais, tendo em vista sua proximidade com o Parque Estadual de Itapuã –, a história e a arquitetura relacionados ao Hospital ocasionariam em um ambiente passível de ser inserido na perspectiva turística sem que houvesse perdas de seu significado ou de sua estrutura. Possibilitando ainda a geração de renda e a apropriação da comunidade por este espaço, Brusadim (2012) que coloca que:

Partindo da premissa de que o patrimônio cultural insere-se em processo histórico que visa à perpetuação da memória coletiva e, conseqüentemente, de dado processo identitário, pensamos o turismo cultural como forma de valorização patrimonial, desde que haja planejamento necessário para sua utilização. O que se defende aqui é a integração dessas ações por meio do trabalho interdisciplinar que envolva profissionais ligados ao Turismo e à História, proporcionando uma ação em que os bens patrimoniais que refletem sobre a experiência preservadora possam contribuir para uma intervenção prática reflexiva (BRUSADIN, 2012, p. 44).

Para que esta instituição possa ser considerada como um patrimônio cultural é necessário que ocorra o processo de patrimonialização, este acontece à medida que a sociedade percebe sua importância. Deste modo, podemos considerar que as exposições e os trabalhos desenvolvidos a partir da história do HCI são medidas favoráveis para que aconteça este processo de apropriação e de identificação da sociedade para com a instituição, enquanto patrimônio cultural. Ações que abordam esta trajetória tornam-se fundamentais, pois possuem o intuito de disseminar conhecimento sobre esta instituição e as histórias de vida das quais ela foi ou é parte.

Considerações finais

O HCI surgiu como um destes locais de isolamento, com uma estrutura similar à da sociedade que eles haviam deixado. Seus moradores eram provenientes de várias regiões do Estado e, como foi dito, ao saber que a pessoa estava contaminada não importavam mais suas características individuais, ele agora era um leproso e deveria ser enviado para o Leprosário. Crianças, adultos e idosos, vivendo agora em uma sociedade à parte. Escondidos do mundo, muitos utilizavam inclusive outros nomes para que suas famílias não fossem estigmatizadas pela existência de um leproso. Este é o triste fardo que durante muito tempo acompanhou esta doença: o isolamento.

Dentro desta instituição, pessoas casaram e tiveram seus filhos que lhes eram retirados logo ao nascer. Com a descoberta da cura da hanseníase, a maior parte dos antigos moradores buscou voltar à vida em comunidade. Porém, nem todos conseguiram se readaptar e alguns permanecem até hoje neste local que antes foi seu cárcere e hoje é sua casa.

Com o intuito de preservar este patrimônio surgiram investidas como o CEDOPE, as exposições que contaram esta trajetória e buscaram a conscientização da sociedade sobre esta doença, o tombamento de um de seus prédios, e o trabalho constante do Memorial HCI. Todas estas iniciativas reforçam o papel deste Hospital enquanto patrimônio e lugar de memória ainda presente no imaginário local, talvez vinculado a uma visão triste e negativa, porém, considero que as exposições e o próprio Memorial buscam modificar esta imagem.

Desta forma, a patrimonialização deste espaço representa, além de uma homenagem, uma forma de desempenhar um papel social, preservando a memória das pessoas que participam ou participaram desta trajetória. Estendendo sua função a de conscientização, à medida que a hanseníase ainda atinge a população brasileira que sem a informação necessária pode persistir no estigma que esta doença possui, desconhecendo o fato de que sua cura já existe há muitos anos.

Referências

BARCELOS, Artur Henrique Franco. BORGES, Viviane Trindade. Segregar para curar? A experiência do Hospital Colônia Itapuã. In: **Boletim da Saúde**. Rio Grande do Sul, v. 14, n. 1, 1999-2000, p. 143-158. Disponível em: <<http://www.acidadeinventada.com.br/static/files/administration-office/segregar-para-curar-artigo.pdf>>. Acesso em: 30 de set. de 2017.

BORGES, Viviane Trindade. A loucura herda um espaço deixado pela lepra: fragmentos de história oral com os

- pacientes-moradores do Hospital Colônia Itapuã. In: **História Unisinos**. 2006. p. 99-105. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6174>>. Acesso em: 27 de nov. de 2017.
- BORGES, Viviane Trindade. Casamento, maternidade e viuvez: memórias de mulheres hansenianas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.27, n.54, 2007, p.109-125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a07v2754.pdf>>. Acesso em: 30 de set. de 2017.
- BORGES, Viviane Trindade. Projeto CAR: o Centro Agrícola de Reabilitação do Hospital Colônia Itapuã. In: **Boletim da Saúde**. Rio Grande do Sul, v.16, n.2, 2002, p. 116-124. Disponível em: <<http://www.boletimdasaude.rs.gov.br/conteudo/1207/projeto-car:-o-centro-agricola-de-reabilitacao-do-hospital-colonia-itapua>>. Acesso em: 30 de set. de 2017.
- BRUSADIN, Leandro Benediti. O Turismo e a História sob a ótica do Patrimônio Cultural: Interlocações entre os campos do saber, práticas e representações. In: CHUVA, Márcia. NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs.). **Patrimônio Cultural: Políticas e perspectivas da preservação no Brasil**. 1 ed., Rio de Janeiro: MauadX: FAPERJ, 2012, p. 35 – 46.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (ed.) **Conceitos-chave da museologia**. SOARES, Bruno Brulon; CURY, Marília Xavier (trad.). São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado da Cultura, 2013, 100 p. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2017.
- FONTOURA, Arselle de Andrade da. BARCELOS, Artur Henrique Franco. BORGES, Viviane Trindade. Desvendando uma história de exclusão: a experiência do Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital-Colônia Itapuã. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 10, suppl 1, 2003, p. 397-414.
- GARCÍA-CANCLINI, Néstor. Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, 1994, p. 95-115. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429>>. Acesso em: 30 de set. de 2017.
- GRUNBERG, Evelina. **Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial**. Brasília, DF. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAM. 2007. 24 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf>. Acesso em: 30 de nov. de 2015.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Patrimônio Cultural e Cidadania. In: ROZANO, Fernando (ed.). POSSAMAI, Zita Rosane; LEAL, Elisabete. (org.) **Museologia Social**. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura. Porto Alegre, 1 ed, 2000, p. 11-20.
- IPHAE. Bem Tombado. **Antiga Igreja Evangélica do Hospital Colônia de Itapuã**. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=36901>>. Acesso em: 21 de set. de 2015.
- MEDEIROS, Helena Thomassim. **Da Exclusão à Exposição: Narrativas Expográficas do Memorial do Hospital Colônia Itapuã – RS**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências da Informação, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015. 127 p. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/134702>>. Acesso em: 29 de set. 2017.
- MEDEIROS, Mércia Carréra de. SURYA, Leandro. A Importância da Educação Patrimonial para a Preservação do Patrimônio. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (org.). **Patrimônio Cultural: Políticas e perspectivas da preservação no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: MauadX : FAPERJ, 2012, p. 293-301.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Tradução de: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**. nº 10. 1.ed. Educ – Editora da PUC-SP. São Paulo. 1993. p. 07-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 10 de jun. 2017.
- PROENÇA, Fernanda Barrinuevo. **Os escolhidos de São Francisco: a aliança entre Estado e Igreja para a profilaxia da lepra na criação e no cotidiano do Hospital Colônia Itapuã – (1930-1940)**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: Estudos da História das Sociedades Ibero-Americanas, da PUC-RS, para obtenção do grau de Mestre em História. Porto Alegre, 2005, 149 p.

QUEVEDO, Éverton Reis. **“Isolamento, isolamento e ainda isolamento” o Hospital Colônia Itapuã e o Amparo Santa Cruz na profilaxia da lepra no Rio Grande do Sul (1930-1950)**. 110 Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: Estudos da História das Sociedades Ibero-Americanas, da PUC-RS, para obtenção do grau de Mestre em História. Porto Alegre, 2005, 189p.

SANTOS, Vânia Carvalho. **Percepções De Portadores De Hanseníase Sobre A Doença, Seu Tratamento E As Repercussões Em Seu Ambiente: Um Estudo No Município De Nossa Senhora Do Socorro**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Sergipe, 2006, 170 p.

SERRES, Juliane Conceição Primon. Uma memória que agoniza: Hospital Colônia Itapuã - RS. In: **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**. ANPUH Brasil. Natal-RN, 2013, 12 p. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363703429_ARQUIVO_Umamemoriaqueagoniza.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2017.

VIDAL, Lucas. CLIC RBS: Almanaque Gaúcho. **Memorial em Itapuã**. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2014/11/28/memorial-em-itapua/?topo=13,1,1,,77>>. Acesso em 24 de jun. de 2015.

XAVIER, Luiz Merino d F. A cidade como livro didático: educação patrimonial no âmbito do Programa Monumenta Porto Alegre. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). **Leituras da Cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 257-273.